

**HABEAS CORPUS Nº 502.226 - SC (2019/0094030-7)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : DIOGO PINTO DO NASCIMENTO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. RECEPÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ. PACIENTE FLAGRADO NA POSSE DO PRODUTO DO CRIME. ÔNUS DA PROVA. TESE DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUBSTITUIÇÃO POR MULTA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NO PONTO. Ordem concedida liminarmente, em menor extensão.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Diogo Pinto do Nascimento**, apontando-se como autoridade coatora a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Apelação Criminal n. 0014745-57.2012.8.24.0054).

Narram os autos que o Juízo da Vara Criminal da comarca de Rio do Sul condenou o paciente a 1 ano de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade.

À apelação criminal interposta, o Tribunal de Justiça conheceu em parte do recurso e, nesta, negou provimento. Na oportunidade, o Desembargador relator do recurso determinou ao Juízo de origem que, esgotada a instância ordinária, adotasse as medidas cabíveis para o cumprimento imediato da pena (fl. 282).

Ao acórdão da apelação, a defesa opôs embargos de declaração, que não

foram conhecidos (fls. 298/303).

Neste *mandamus*, de início, a Defensoria Pública sustenta a tese de absolvição do crime.

Alega, ainda, em razão do *quantum* de pena aplicada ao paciente (1 ano de reclusão), caberia a substituição apenas pela pena multa e não por prestação de serviços à comunidade.

Destaca, ainda, a impossibilidade de execução provisória da pena restritiva de direitos.

Requer, em liminar, a nulidade do acórdão impugnado, suspendendo-se os efeitos da condenação. No mérito, pugna pela confirmação da liminar e, ainda, pela absolvição do paciente do crime de receptação ou, subsidiariamente, pela substituição da pena privativa de liberdade exclusivamente pela pena de multa.

É o relatório.

Com razão a impetrante no que se refere à execução antecipada das penas substitutivas. Em consonância com o entendimento externado pela Terceira Seção no EREsp n. 1.619.087/SC (DJe 24/8/2017), é inviável a determinação da execução provisória das penas restritivas de direitos.

Com relação à tese de absolvição, *esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que, tratando-se de crime de receptação, cabe ao acusado flagrado na posse do bem demonstrar a sua origem lícita ou a conduta culposa, nos termos do art. 156 do CPP* (HC n. 469.025/SC, Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 1º/2/2019).

No caso dos autos, a sentença condenatória, confirmada pelo Tribunal estadual, baseou-se não apenas no fato de o paciente não ter comprovado a origem lícita dos produtos flagrados em sua posse, mas, também, nos depoimentos dos agentes policiais, que o apontaram como autor do fato delituoso.

Quanto à questão da substituição da pena privativa de liberdade

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

exclusivamente pela pena de multa, destaco que essa matéria não foi enfrentada pela Corte *a quo*. Assim, inviável a análise por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

Pelo exposto, **concedo liminarmente** a ordem, **em menor extensão**, a fim de suspender a execução da pena restritiva de direitos imposta ao paciente até o trânsito em julgado da condenação prolatada no Processo n. 0014745-57.2012.8.24.0054, da Vara Criminal da comarca do Rio do Sul/SC.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator